



PIRATAS DO SÉCULO 21

Combate à pirataria aumenta no País, mas situação ainda é grave. No setor eletroeletrônico, lâmpadas, pilhas e baterias aparecem como principais alvos, embora a prática atinja praticamente todos os segmentos.

Por Paulo Martins

Adivinhe a atividade, com base nestas três pistas: 1) exige pouco esforço; 2) não requer especialização técnica; 3) rende lucro fácil. Acertou quem disse pirataria. Com registros de ocorrências desde antes de Cristo, essa é uma atividade praticada em larga escala em todo o mundo ainda hoje, em pleno século 21.

Não estamos aqui falando da pilhagem de navios desavisados, comandada por malfeitores nos mares perigosos de outrora, mas sim da chamada pira-

taria moderna, baseada na falsificação de produtos e na concorrência desleal. Em comum às duas épocas, está um objetivo: ganhar dinheiro às custas do trabalho e do suor alheio.

No passado, a ação 'tradicional' do pirata consistia em atacar navios para se apropriar das riquezas a bordo e fazer reféns para posteriormente exigir o pagamento de resgate. Embora esse 'modus operandi' ainda seja registrado na costa da África, com o tempo, a lista de crimes associados à atividade cresceu tanto que, hoje, o Capitão Gan-

cho não seria mais perigoso do que a fada Sininho.

A princípio, a cópia de produtos é a prática mais facilmente identificada pelo cidadão comum, quando se fala em pirataria. Mas, normalmente, essa atividade se alterna (ou se soma) com outros delitos, como contrafação (reprodução não autorizada), formação de quadrilha, sonegação de impostos, contrabando, corrupção, tráfico e muito mais.

No mundo todo o problema cresce em níveis exponenciais, afetando





duramente as empresas que procuram agir corretamente. No Brasil, em especial, a pirataria encontrou um ambiente propício para prosperar. Ao fato de sermos um País com grandes regiões fronteiriças - o que é um convite para a entrada de produtos ilegais vindos do exterior -, somam-se outras duas características que se tornaram típicas de nossa 'cultura': a mania de sempre querer levar vantagem em tudo e a fiscalização capenga.

O fato é que todos os anos esses crimes provocam um rombo gigantesco na economia legalmente estabelecida. O setor eletroeletrônico não é exceção. Muito pelo contrário, tornou-se vítima frequente da ação dos piratas modernos. O que, por sinal, é gravíssimo, se lembrarmos que muitos produtos desta área possuem uma relação estreita e direta com a segurança.

A falta de estatísticas atualizadas - outra 'tradição' do Brasil -, dificulta o dimensionamento preciso do problema. Segundo informações extra-oficiais, as perdas anuais no País, por conta do contrabando e da falsificação de produtos industrializados em geral, podem chegar a 20 bilhões de dólares. Entretanto, o que passa por baixo da ponte, mesmo, ninguém sabe. Assim, o prejuízo que a pirataria gera para a so-

riedade como um todo é incalculável.

Os governos, em todas as esferas, são prejudicados porque deixam de arrecadar impostos, que, por sua vez, seriam revertidos em benefícios à população. Já o comércio e a indústria legalmente estabelecidos podem quebrar, fazendo o emprego formal desaparecer. Ou seja, numa só tacada, a concorrência desleal mata o patrão e o empregado.

Não é difícil perceber os pontos de maior injustiça. O engenheiro electricista Mario Sergio Amarante Filho, que coordena o Grupo de Trabalho "Produtos Contrafeitos e Ilegalidades", lembra que cada vez mais as companhias sérias são obrigadas a atender a uma série de padrões, como ética, responsabilidade social e ambiental. Isso sem falar na necessidade de investir em qualidade, pesquisa e desenvolvimento, que se tornaram requisitos básicos. Até aí não há nada de errado. Mas as exigências deveriam valer para todos.

"Isso tem um custo altíssimo, exigindo que as grandes empresas mantenham departamentos inteiros para cuidar de tudo. O importador, que às vezes traz um produto similar ao seu, pode até obedecer a essas regras em seu escritório. Mas e na fábrica, que é a origem, será que isso também acontece?", questiona Mario Sergio.

Foto: Ricardo Brito/Grau 10



Pirataria visa principalmente os fabricantes de primeira linha.

Mario Sergio A. Filho | Grupo de Trabalho "Produtos Contrafeitos e Ilegalidades"

O GT "Produtos Contrafeitos e Ilegalidades" é formado por representantes da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), Abreme (Associação Brasileira dos Revendedores e Distribuidores de Materiais Elétricos) e Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos). Dispostas a reagir a essa situação, as três entidades classistas resolveram juntar forças para denunciar e combater os problemas existentes no mercado. Uma das ações que tiveram grande repercussão foi a criação da campanha Produto Seguro (www.produtoseguro.com.br), que visa esclarecer as empresas e a população em geral sobre os riscos oferecidos pelos equipamentos, digamos, não originais.

A preocupação é válida, afinal, o principal prejudicado pela pirataria é o consumidor. "Podemos mencionar os riscos decorrentes da falta de certificação desses produtos, do não atendimento às normas técnicas, do não cumprimento de requisitos mínimos de qualidade e da utilização de matérias-primas incompatíveis com as necessidades", enumera João Carro Aderaldo, vice-presidente da Unidade de Negócios Power da Schneider Electric.

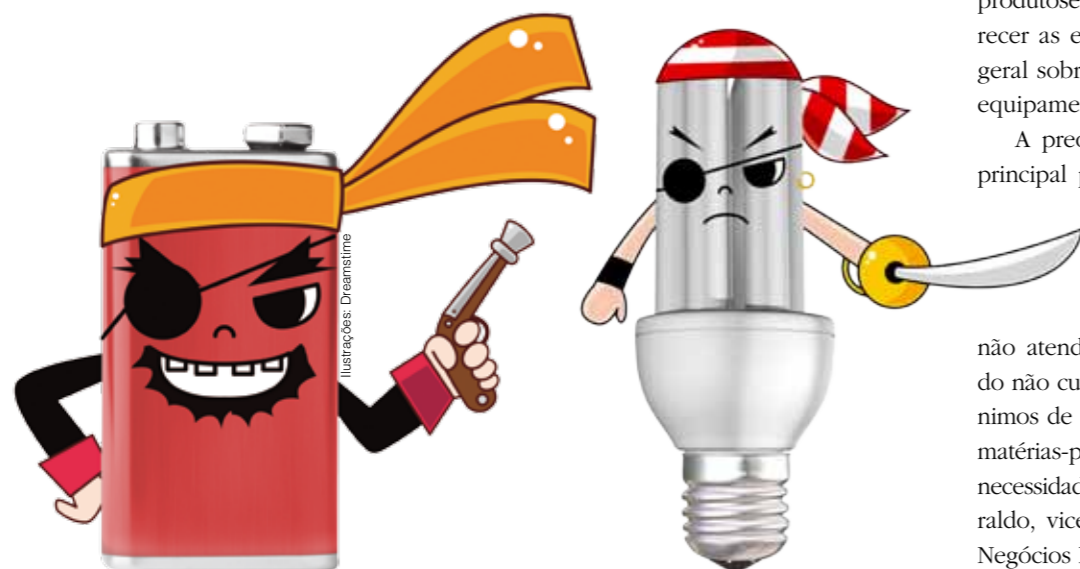




Foto: Ricardo Brito/Grau 10

Quem se responsabiliza pelos impactos ambientais?

Outra questão que tem tirado o sono do empresário brasileiro é como reagir ao impacto ambiental produzido pelos produtos 'órfãos', ou seja, aqueles cujo produtor sumiu ou não foi identificado. Isto porque, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de lâmpadas, produtos eletroeletrônicos, pilhas e baterias são obrigados a implantar sistemas de logística reversa, envolvendo o recolhimento e reciclagem de seus produtos.

Mas, para a Abinee, não faz sentido atribuir à indústria instalada no Brasil a responsabilidade de promover a logística reversa de produtos ilegais, contrafeitos e piratas comercializados via mercado cinza ou contrabando. A entidade estima que as pilhas e baterias de uso doméstico clandestinas ocupam cerca de 40% do mercado brasileiro, que movimenta algo em torno de 1,2 bilhão de unidades por ano.

"Todas as empresas sustentáveis, como a Schneider Electric, preocupam-se e estão completamente envolvidas com o tema. Porém, como

esses 'piratas' se comportarão? Qual a preocupação deles com o futuro do nosso planeta?", questiona João Aderaldo.

Outra informação divulgada pela Abinee serve para responder parcialmente a essas dúvidas. Segundo a entidade, as pilhas piratas agregam em sua composição quantidades de mercúrio muito superiores ao estabelecido pela legislação brasileira.

Amarante Filho aponta que em geral o problema tem se agravado e indica as 'vítimas' mais vulneráveis à pirataria: "Eles visam mais os fabricantes de primeira linha, que tenham grande participação de mercado, e os produtos de maior giro".

Rodolpho Ramazzini, diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) observa que existe pirataria no mundo todo, mas destaca que outros países exercem maior fiscalização. "Nós temos um País de grande extensão territorial, no qual realizamos um controle de fronteira fraco", lamenta.

Estima-se que entre 35% e 40% dos produtos entram

pelos portos brasileiros, e o restante, via fronteira seca com o Paraguai. Grande parte dos artigos vem do exterior, principalmente de regiões como Ásia, leste europeu, África e até de países latinos. Mas também há casos em que a falsificação é feita no próprio País.

Eventualmente se descobre a fonte da falsificação, mas de forma geral a pirataria é uma atividade que consegue se manter incógnita por bastante tempo. Não raramente os falsários escondem-se atrás de nomes, endereços e telefones inexistentes, deixando o consumidor na mão.

O perfil do pirata tem acompanhado a evolução do mundo. Aquele barbudo tosco, com perna de pau, tapa-olho, espada na mão e papagaio no ombro existe apenas nas histórias. A indústria da pirataria moderna é formada por gente extremamente bem informada e organizada, que sabe da insuficiência e das limitações de fiscalização e estuda os melhores canais para despachar e distribuir suas mercadorias no país-alvo, de forma a maximizar os lucros.

Independentemente do país de origem, é certo que a indústria da pirataria detém grande poder econômico. Até porque, de alguma forma, ela normalmente está relacionada ao crime organizado. "O consumidor precisa es-



Ilustrações: Dreamstime



Foto: Dreamstime

Combate Possuir fiscalização eficiente nos portos é uma das formas de combater a pirataria, mas não se pode descuidar das fronteiras secas.

tar atento a isso. Quando adquire um produto falsificado na rua, ele pode estar colocando dinheiro no bolso de traficantes de armas e de drogas. Não se deve colaborar com isso de forma alguma", alerta Rodolpho Ramazzini.

Mas o escoamento da 'produção' da pirataria não acontece somente via mercado informal. Segundo Ramazzini, não é raro que produtos como remédios, autopeças, materiais elétricos, ferramentas, cigarros e artigos de higiene e limpeza sejam encontrados no varejo legalmente estabelecido.

"Normalmente, quando realizamos as operações de busca e apreensão, os produtos estão à venda no comércio. Obviamente, o proprietário do estabelecimento, quando compra esse produto por um preço muito mais baixo, sabe exatamente o que está comprando. O

prejudicado é o consumidor incauto, porque ele acha que numa loja não vai ter esse tipo de problema", analisa o diretor da ABCF.

Para o executivo, o problema tem

se agravado no Brasil devido a fatores como a permanência da carga tributária em níveis altos, o aumento do comércio transnacional e a falta de investimentos do poder público em fiscalização.



Iluminação teme volta de ciclo negativo

Em setembro de 2004, quando a revista Potência publicou com destaque uma matéria sobre pirataria (em sua edição número 2), o setor de iluminação era praticamente refém das atividades ilegais. Na época, estimava-se que

miniação é preciso voltar um pouco no tempo. No começo dos anos 2000, o conceito predominante no País era o da tecnologia incandescente.

Naquele momento a tecnologia eletrônica estava começando a ser intro-

problema. “Com essa abertura, veio a mais variada forma de sucata tecnológica”, lembra Alvacyr Resende.

Muitas daquelas lâmpadas queimavam logo no início, e outras sequer funcionavam. Detalhe: esses produtos chegavam aqui a preços muito abaixo daqueles de maior qualidade. “Quem detinha tecnologia e estava fazendo a coisa correta acabou sendo penalizado, porque a lâmpada dele custava trinta reais e chegavam outras aqui por oito reais”, compara Resende.

O consumidor optava pelo menor preço e em muitos casos tinha problemas, o que gerou descrédito em torno da tecnologia eletrônica, em si. Somente depois de várias tentativas de erro e acerto o usuário percebeu que valia a pena investir em produtos de maior qualidade. Assim, se voltou para o range de empresas mais responsáveis, provocando uma transformação no mercado.

Resende lembra ainda de outra questão decorrente daquela época. De acordo com ele, os fabricantes sérios tiveram grande dificuldade para obter o reconhecimento das autoridades, que viam, nas tentativas da indústria de proteger o setor, uma forma de querer con-

**ESTIMA-SE QUE OS PRODUTOS PIRATAS
DOMINAM 30% DO MERCADO DE LÂMPADAS
E 15% DA ÁREA DE LUMINÁRIAS.**



os produtos piratas dominavam 60% do mercado de lâmpadas e 80% da área de luminárias. Esses índices caíram, para 30% e 15%, respectivamente, mas ainda são considerados altos. Naquela mesma época, o prejuízo para a indústria de iluminação chegou a 80% do montante arrecadado por esse setor. Hoje, esse índice deve girar entre 25% e 28%.

Engana-se quem pensa que o crime recuou por conta do aumento da fiscalização ou da maior eficiência nesse combate. Na opinião de Alvacyr Resende, diretor de Relações Externas da Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (Abilux), o problema arrefeceu por conta da decepção que o consumidor teve com os produtos ilegais.

Para entender melhor o que está acontecendo hoje na indústria da ilu-

duzida no mercado nacional, mas dentro de uma pauta estratégica. As fabricantes tradicionais começaram a trazer a lâmpada fluorescente compacta com certa parcimônia, para que o consumidor se acostumasse. Os produtos possuíam longa vida útil, estabilidade de energia e eram eficientes, do ponto de vista energético.

O famigerado apagão que atingiu o País em 2001 obrigou todos a reduzir o consumo de energia, o que acelerou o processo de introdução da tecnologia eletrônica no Brasil. Com as fronteiras escancaradas, começou o

Consumidor deve comparar produtos, avaliar suas características e verificar as certificações exigidas.

João Carro Aderaldo | Schneider Electric



Foto: Divulgação



trolar o mercado ou de formar cartel.

“Em alguns momentos foi difícil fazê-los ver que a nossa postura estava correta. Esse período de dez anos que atravessamos foi de convencimento das autoridades, que entendiam que aquilo era reserva de mercado, quando não era”, comenta o diretor da Abilux. Tanto não era, prossegue ele, que o Brasil praticamente interrompeu a produção local de lâmpadas.

Apesar da competição estar mais sadia, o setor de iluminação teme que todo o problema se repita em breve. A nova fase de risco deve-se ao advento do LED, que está mudando os conceitos nessa área. Resende observa que, na sua origem, o LED (lighting emitting diode, ou diodo emissor de luz) é um componente eletrônico. Entretanto, esse perfil estaria migrando para produto final de iluminação. A dúvida, prossegue o executivo da Abilux, é: como classificar o LED, então? “Está sendo criada uma zona cinzenta, e é aí que o pirata enxerga a oportunidade de promover a concorrência des-



Fotos: Ricardo Brito/Grau 10

Temos um País de grande extensão territorial, no qual realizamos um controle de fronteira fraco.

Rodolpho Ramazzini | ABCF

leal”, vislumbra.

O receio de Resende é que lâmpadas de LED ou luminárias com lâmpada de LED importadas venham a ser classificadas como componente, para driblar a legislação e pagar menos imposto, prejudicando os fabricantes aqui estabelecidos.

O executivo destaca que o LED possui um enorme campo de atuação,

pois estará presente em vários segmentos ao mesmo tempo, e chama a atenção para outro risco. Resende acredita que esse mercado, por ser bastante interessante, estará sujeito ao surgimento de cópias e a outros tipos de fraudes. “Se levar mais dez anos para o pessoal aprender de novo, as indústrias não vão sobreviver, elas vão quebrar antes”, alerta.

Contraventores mudam o foco para continuar atuando

No Brasil, uma importante ação no combate à pirataria aconteceu no começo dos anos 2000, com o desenvolvimento de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). Entre os avanços obtidos a partir da realização do trabalho investigativo feito pelos deputados e profissionais do setor, é válido citar a introdução do sistema de valoração aduaneira na legislação brasileira; a internacionalização dos sistemas de certificação e o crescimento das normas

compulsórias. Acredita-se que tudo isso tenha ajudado a melhorar a qualificação do mercado. Entretanto, a indústria da pirataria também está mudando. A ênfase não está mais na falsificação de marcas e patentes, como no passado. A tática agora é fazer produtos de qualidade inferior no exterior e vender aqui a preços baixos.

“A pirataria deixou de ter somente aquela configuração da falsificação para entrar no mote de concorrência desleal. Estão pirateando o mercado no sentido comercial”, explica Alvacyr Resende.

Por pirataria comercial podemos entender, por exemplo, a entrada no País de produtos com um valor muito baixo

A pirataria deixou de ter somente aquela configuração da falsificação para entrar no mote de concorrência desleal.

Alvacyr Resende | Abilux

na sua guia de importação, para que os tributos sejam reduzidos. É o caso, também, das empresas nacionais que não pagam seus impostos, conseguindo assim praticar preços baixos, prejudicando quem trabalha corretamente.

Mario Sergio Amarante Filho, coordenador do GT “Produtos Contrafeitos e Ilegalidades”, constatou no mercado outra forma encontrada por alguns ‘espertinhos’ para driblar mais facilmente a fiscalização. “Os contraventores não

estão mais importando produto acabado. Eles importam partes e peças e fazem a montagem aqui”, revela.

Recentemente esse tipo de ação vitimou uma grande multinacional do setor eletroeletrônico, com destacada atuação no Brasil e no mundo. Ao fazer a checagem de um material apreendido, a companhia identificou partes plásticas idênticas às que usa em seus produtos, mas sem marca nenhuma.

Segundo um representante dessa

companhia, a investigação apontou para a existência de elos importantes no Brasil, que estariam recebendo esse material e confeccionando o produto final - inclusive adicionando a marca, posteriormente. Isso estaria acontecendo em lojas de material elétrico, o que foi um choque para a empresa. Um fato que chamou a atenção dessa indústria é que o produto em questão já estava fora de linha, ou seja, não era comercializado por ela no Brasil havia anos.

Certificadoras sofrem com o problema

A prática da pirataria não afeta apenas os fabricantes que têm seus produtos copiados. O comércio, e até mesmo a área de prestação de serviços, também podem ter seus negócios prejudicados por conta dessa ação ilegal. É o que tem

acontecido nas áreas de distribuição de material elétrico e de certificação.

João Gustavo Nogueira, gerente técnico da TÜV Rheinland, relata que, a princípio, o problema afeta indiretamente as certificadoras, pois os clientes des-

sas empresas desenvolvem os produtos atendendo às normas e regulamentos para garantir a qualidade e a segurança, mas sofrem com a concorrência desleal dos artigos piratas. Entretanto, as certificadoras também são afetadas quando





esses produtos usam indevidamente suas marcas de certificação. “Para nós, que zelamos pela credibilidade da nossa marca, é muito danoso termos o nosso nome associado a produtos inseguros e sem qualidade”, lamenta Nogueira.

A TÜV Rheinland tem duas marcas de certificação, a UCIEE e a TÜV. Por ter sido uma das primeiras empresas a certificar produtos eletroeletrônicos no Brasil, a marca é bastante conhecida e também uma das vítimas ‘preferidas’ pelos esquemas de falsificação. “Já tivemos casos de uso indevido da nossa marca, tanto em produtos importados como produzidos no Brasil”, reclama Nogueira.

O gerente técnico da TÜV Rheinland relata que em todos os casos a empresa acionou o departamento jurídico interno para tomar as medidas cabíveis, além de notificar o Inmetro, já que na maior parte dos casos também havia a marca do instituto no produto. “Um dos casos mais curiosos foi de um

fabricante nacional que justificou o uso indevido da nossa marca dizendo que o molde de injeção do produto foi feito com ela por engano. E, como em todos os outros casos, foi solicitada a imediata interrupção do uso da nossa marca e promovida a retirada dos produtos do mercado”, diz Nogueira.

Uma das formas encontradas pela TÜV Rheinland para combater o problema foi abrir um canal de contato em seu site para receber denúncias e apurá-las por meio do sistema interno de gestão. Nogueira indica que uma pesquisa mais criteriosa por parte dos importadores poderia diminuir este problema. Isto porque muitos importadores não conhecem as exigências do Inmetro para a entrada de produtos com certificação compulsória no Brasil e acabam importando artigos de origem duvidosa.

Segundo Roberto Payaro, diretor Colegiado da Abreme, a pirataria constitui situação grave, que vem afetando a rede de distribuição. “Ela provoca a falta de parâmetros em relação aos preços relativos dos produtos, causando desconforto para as empresas sérias”, explica.

Para o executivo, os distribuidores devem ajudar a combater o problema denunciando essa prática e não compactuando com ela. Segundo ele, os distribuidores possuem condições técnicas de fazer a distinção de produtos verdadeiros daqueles que são piratas ou contrafeitos, mas podem tomar algumas providências para não adquirir esse tipo de mercadoria por engano. “Primeiramente é preciso saber a origem do produto. Não se pode comprar produtos com menor preço de origens diferentes do seu próprio produtor”, recomenda.



Foto: Divulgação

Redução da carga tributária diminuiria a pirataria no País.

Roberto Payaro | Abreme

produto pirata, e principalmente sobre o que está por trás da rede criminosa que disponibiliza tais produtos.

“O cliente deve sempre se informar, comparar os produtos, avaliar suas ca-

racterísticas, verificar as certificações exigidas e como será a assistência técnica. A internet e as redes sociais permitem que se busque informações atualizadas sobre qualquer produto e empresa e a satisfação dos demais consumidores em relação a eles”, sugere Aderaldo.

Para Mario Sergio Amarante Filho, o trabalho de conscientização desenvolvido no Brasil ainda é frágil, e cita um modelo de comunicação desenvolvido no exterior. “Nos aeroportos das grandes capitais da Europa existem quadros avisando sobre o prejuízo que você pode causar ao país em que está entrando caso compre produto pirata, e também as sanções que você poderá sofrer, se for pego”, comenta.

João Gustavo Nogueira, da TÜV Rheinland, destaca que o consumidor

exerce um papel importante ao denunciar produtos irregulares no mercado. “Apesar de muitas vezes o critério de escolha na compra de um produto ainda ser o preço, acredito que cabe ao consumidor obter informação sobre a qualidade e a segurança do que está levando para casa”, completa Nogueira.

Na opinião de Roberto Payaro, da Abreme, entre os fatores que fomentam a prática da pirataria no País estão os altos impostos, que incentivariam a ação dos sonegadores e contrabandistas. E o executivo sugere aquela que ele considera a melhor forma de reverter essa situação: “Uma ação eficaz seria a redução da carga tributária, o que diminuiria a diferença entre os produtos legalmente importados e os falsificados, que obviamente não pagam impostos”.

Consumidor pode ser o fiel da balança

A solução para esta problemática é complexa, pois depende da adesão de diversos segmentos da sociedade e requer ainda uma verdadeira mudança de mentalidade no País. Não há outro jeito se não arregaçar as mangas e trabalhar.

Rodolpho Ramazzini, da ABCF, reconhece que neste ano, em relação ao ano passado, aumentaram as operações e o volume de material apreendido nas fronteiras. Entretanto, prossegue ele, seria necessário um incremento de 20% a 30% em cima do trabalho realizado para fazer frente ao aumento do comércio internacional envolvendo o País. “O governo traçou um plano estratégico, mas para ele funcionar precisaria haver um número muito maior de agentes trabalhando”, ressalta.

Para Ramazzini, o ideal seria aumentar o número de agentes de fronteira e melhorar a estrutura das delegacias especializadas. “A quantidade de produtos que entra no País todo dia é muito grande, e, como o governo pri-

vilegia a exportação de commodities, a importação acaba não sendo tão bem fiscalizada como deveria”, conclui.

Alvacyr Resende, da Abilux, acredita que o processo de educação do consumidor é muito importante e sugere que se trabalhe o conceito de segurança elétrica nas escolas, junto às crianças, para que estas exerçam o papel de agentes multiplicadores nas suas famílias.

Para João Carro Aderaldo, da Schneider Electric, a educação e a formação do caráter das pessoas começam em casa. “Muitas vezes não percebemos o quão mal pode fazer adquirir um simples filme pirata ou baixar ilegalmente um programa de computador”, exemplifica.

O executivo aponta que o consumidor precisa ser informado e também buscar informações dos riscos a que expõe sua família ao comprar um

Uma pesquisa mais criteriosa por parte dos importadores poderia diminuir este problema.

João Gustavo Nogueira | TÜV Rheinland



Foto: Divulgação